

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Arminda Rachel Botelho Mourão – PPGE/UFAM

O país foi abalado por uma crise institucional que compromete os direitos dos cidadãos (ãs) brasileiros (as) e, particularmente o direito à Educação. Diversas medidas foram votadas no Congresso Nacional que ameaçam o processo de Valorização dos Profissionais da Educação, dentre estas tem-se: A lei da terceirização, a reforma trabalhista e a reforma do ensino médio.

Os educadores têm desenvolvido processos de resistências que precisam ser ampliados e divulgados para que a Educação seja um dever do Estado e que verbas públicas subsidiem a Educação Pública, só desta maneira é que teremos uma Escola Pública de qualidade socialmente referenciada.

No cotidiano das Universidades a lógica produtivista se expande. Nos Programas de Pós-Graduação a avaliação se desenvolve sem que se tenha alternativa para avançar, não respeitando o ritmo e as peculiaridades de cada região. Essa lógica permite que os parâmetros avaliativos sejam modificados em pleno processo e que os documentos das áreas sejam divulgados após o término do quadriênio e o mais revelador desta questão é que as exigências de produção dos professores que estão no mestrado ou doutorado seja a mesma, já que não se avalia o curso, mas o programa.

Apesar da pressão sobre as Universidades e sobre os Programas de Pós-Graduação continuamos a lutar e resistir. Manter a publicação da Revista Amazônica é prova desta afirmação, visto que no quadriênio passado nossa revista não chegou às mãos dos avaliadores e quando recorremos nem sequer nosso pleito foi avaliado.

Desta forma é com muita alegria que estamos publicando o número de 2017/02 da Revista Amazônica. Vamos continuar produzindo conhecimento, vamos continuar difundindo a produção dos pesquisadores da região, dos educadores brasileiros e estrangeiros, que acreditam na nossa capacidade de construir e divulgar os conhecimentos. Este número representa nosso grito amazônico em defesa da Educação Pública, Gratuita e de Qualidade socialmente referenciada.

O artigo de Ytanajé Coelho Cardoso intitulado “O currículo de linguagens na educação escolar munduruku: Estratégias de planejamento” apresenta bem este

processo de resistência na construção do conhecimento quando objetiva “apontar possíveis caminhos para a construção e aprimoramento do currículo de linguagens da educação escolar munduruku, uma vez que ainda não há qualquer investigação que vise adequar teorias às práticas educacionais dos munduruku do Amazonas”. Ao potencializar as reflexões sobre a terminologia acadêmica para sustentar a aprendizagem de uma etnia, o faz trabalhado o processo inclusivo, ao mesmo tempo em que respeita a etnia munduruku.

As autoras Iolete Ribeiro da Silva e Ana Paula Lima Carvalho de Oliveira discutem aspectos políticos e sociais da educação infantil ribeirinha na cidade de Manaus e, ao fazê-lo visam compreender os significados construídos no processo de conhecimento adquiridos pelas crianças de uma escola Municipal ribeirinha, trazendo contribuições importantes para o processo de construção do conhecimento na região amazônica.

O texto intitulado “Expansão das parcerias com instituições sem fins lucrativos: Desafios e implicações para a política de educação infantil no Brasil” de Maria Lúcia Lemos Ceccon traz a contribuição para a defesa da Educação Infantil Pública quando evidencia a ampliação do setor privado sem fins lucrativos na Educação Infantil e mostra que estas ações políticas distanciam as crianças pobres das redes oficiais de ensino público, subtraindo a possibilidade da valorização dos profissionais do magistério.

Nadia Pedrotti Drabach no texto “Gestão da educação pública no Brasil: da ditadura militar aos anos 1980” traz o percurso histórico de construção da Gestão democrática, salientando o debate em defesa de uma administração pública coletiva para fortalecer a defesa da Escola Pública.

O texto de Rudervania Silva Aranha e Selma Suely Baçal de Oliveira - Um olhar sobre a relação entre a Secretaria Municipal de Educação de Manaus/am e a Fundação Itaú Social – mostra a materialidade da Política Neoliberal. O trabalho evidencia a parceria público/privado na Educação Municipal manauara, demonstra também o papel ideológico que este tipo de intervenção exerce na Educação Pública.

“Um novo emergente na Educação Superior: estratégias de permanência” texto de Vera Lucia Felicetti, Dânia Barro Silvio Denicol Júnior e Jonathan Mello de Melo trabalha como as ações afirmativas têm democratizado a Educação Brasileira.

Os autores afirmam que apesar das políticas afirmativas democratizarem a Educação é fundamental avançar no processo, lutando por Políticas que garantam a permanência dos alunos pobres no Ensino Superior.

Inés María Aray no texto *Educación popular: perspectivas para la formación comunitaria y participación en las políticas públicas*, trabalha a possibilidade de uma formação comunitária que potencializem a participação nas políticas públicas. O trabalho ancora-se na perspectiva da Educação Popular demonstrando com precisão que a emancipação política e social pode ser alcançada, sendo um processo de educação integral.

O texto “*Antropología de la paz y la condición del ser docente*” de María Josefina Palomo de Rivero e Gregory Milagros Azzi traz uma reflexão sobre a paz, tão necessária aos dias de hoje que se caracterizam como violentos. Chamam a atenção que a cultura da paz é um conceito que vem sendo construído devido a necessidade das nações estabelecerem mecanismos que levem a uma convivência pacífica entre países e também entre os cidadãos e as cidadãs internamente. O artigo demonstra a importância da ação docente no processo de construção de uma cultura da paz.

Agradecemos a todos os colaboradores da revista e, nos jubilamos com mais essa publicação, temos a certeza que estamos e estaremos defendendo uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade Socialmente referenciada.

DOI: <https://doi.org/10.29280/rappge.v2i2.4354>